

Indicadores apontam queda no crescimento

São Paulo — O ritmo de atividade da economia brasileira está caindo e vai continuar em queda nos próximos seis meses. As taxas do segundo semestre deste ano provavelmente serão negativas em comparação ao mesmo período do ano passado, confirmando que a economia entrou na rota da recessão. A dúvida de economistas, empresários e consultores é por quanto tempo o País andar­á por este caminho. O Brasil pode mudar de rota e retomar o crescimento ou, mais uma vez, bater no fundo do poço.

Para os economistas, o objetivo do Governo com a desaceleração é corrigir o déficit da balança comercial, que soma aproximadamente US\$ 4,4 bilhões este ano. Para criar superávits, o Governo possuía duas opções: promover uma grande desvalorização cambial para encarecer as importações e estimular as exportações ou desaquecer a economia, reduzindo a demanda por produtos importados e fazendo sobrar bens para o mercado externo. A possibilidade de manter maior controle sobre a inflação fez o Governo optar pelo desaquecimento.

O tamanho da queda da atividade econômica é uma conta que poucos se arriscam a efetuar. Dois atores, contudo, possuem o poder de definir o tamanho desta descida: o Governo e os assalariados. O Governo detém a maior fatia deste poder porque pode definir-se por maior ou menor taxa de juros e

maior ou menor disponibilidade de crédito na economia.

Os assalariados, por sua vez, não possuem capacidade de provocar, sozinhos, uma reativação do consumo, mas podem dar um susto no caminho inverso. O consultor José Augusto Savasini, da Rosemberg & Associados, vê nos três meses consecutivos de captação da poupança (abril a junho deste ano) um reflexo da “síndrome do desemprego”. Temorosos com a possibilidade de perder o emprego, os trabalhadores começam a restringir gastos e poupar. O ex-ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, teme a mesma reação. “Diante da percepção do risco do desemprego, aumenta a propensão a poupar e reduz-se a confiança para assumir novas dívidas”, analisa o sócio da MCM Consultores. Ele lembra que este fenômeno marcou o final de outros planos econômicos.

O presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Juarez Rizzieri, avalia que os salários se transformaram em uma nova âncora do Plano Real com a livre negociação instituída pela Medida Provisória. “A desindexação será feita com custos e um deles é a queda do salário real”, pondera Rizzieri. O economista Celso Luiz Martone, da Universidade de São Paulo (USP), também acredita que nos próximos 12 meses ocorrerá queda do salário real, contribuindo para a contenção da demanda.